



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Kakay assume defesa de Ibaneis no STJ

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, assumiu a defesa do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas representações que tramitam no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti. A notícia de fato protocolada pelo PT, PCdoB, PV, PDT e Rede, aponta suposto envolvimento de Ibaneis nas operações do BRB com Banco Master. Kakay pediu acesso aos documentos que estão em segredo de justiça. O criminalista já representou vários governadores e recentemente teve uma grande vitória no STJ, ao conseguir anular a condenação de Adriana Villela, apontada pelo Tribunal do Júri como mandante do crime da 113 Sul.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Vínculo familiar

O vínculo do escritório de Ibaneis com Kakay é também pessoal. Nora de Ibaneis, Ananda Almeida trabalha na famosa banca de Brasília. Mas não deverá atuar no caso.

PAULO H CARVALHO



Posse em 22 de abril

A posse do novo comando do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) será em 22 de abril. Pelo regimento interno, sempre ocorre no dia primeiro útil seguinte a 21 de abril.

UnB recebe trabalhos para evento nacional de ensino de jornalismo

A Universidade de Brasília (UnB) se prepara para três dias de estudos e debates intensos com o tema “O Ensino de Jornalismo e a crise climática”. O evento, que está com inscrições abertas para envio de trabalhos até 9 de março, é uma iniciativa da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) e será realizado pela Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB. O envio de trabalhos envolve vários temas da pesquisa em jornalismo. A Coordenadora Local do ENEJOR 2026, professora Dione Moura, defende que é fundamental que a pauta sócio-ambiental, em especial a crise climática, seja observada criticamente no ensino e na prática do jornalismo.



SIGA O DINHEIRO
R\$ 20.443,50

Foi o valor das diárias pagas pela Câmara Legislativa para custear — sem contar a passagem — a viagem do deputado distrital Martins Machado (Republicanos) para Roma. O parlamentar viajou para participar do evento intitulado United Freedom Forum.



À QUEIMA-ROUPA

NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA,
diretora da Mulher da OAB/DF

Na próxima segunda-feira (23), a OAB/DF lançará a cartilha O voto feminino no Brasil: História, luta e democracia, com linha do tempo e marcos legais do sufrágio feminino — além de um recorte sobre desafios atuais, como sub-representatividade e violência política de gênero. Esta iniciativa antecipa as celebrações do Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil.

Divulgação



O que motivou a criação da cartilha e qual impacto vocês esperam gerar com o material?

A cartilha nasce para lembrar, com fatos e marcos legais, tirar essa história da invisibilidade, mostrar que o voto feminino foi conquista, e não concessão. Ao organizar a história em linha do tempo, ela conecta passado e presente e mostra como a democracia perde qualidade quando as mulheres seguem sub-representadas; quer mostrar que a democracia brasileira foi construída também com resistência feminina. Esperamos impacto em educação cívica, debate público e cobertura jornalística, com informação acessível e contextualizada, além de provocar reflexão pertinente.

Por que a representatividade feminina ainda é tão restrita, mesmo após avanços legais?

Porque a política não se resolve só no texto da lei: há filtros de acesso, financiamento desigual, redes fechadas e uma cultura que ainda cobra “pedágio” maior das mulheres. E mostra que o ciclo não se encerra: medidas mais recentes — como cotas e normas contra violência política — respondem a barreiras ainda atuais. Além disso, fatores como assédio e desigualdades no mundo do trabalho afetam autonomia, tempo e segurança para disputar espaço público. O resultado é um funil que mantém a presença feminina abaixo do que a sociedade já é. Quando a gente conhece o caminho percorrido, vota com mais consciência — e defende a democracia com mais coragem.

Como a violência política de gênero aparece hoje?

Ela aparece como tentativa de silenciar ou deslegitimar mulheres na vida pública, por meio de ataques pessoais, intimidações, campanhas de difamação e constrangimentos que miram gênero, corpo, maternidade ou vida privada, essa violência se reproduz rápida e especialmente nas redes sociais. Muitas vezes, não é um episódio isolado: é método para afastar mulheres da disputa e do exercício do mandato. A cartilha trata disso como um desafio contemporâneo central para a democracia.

Como escolas, instituições e a sociedade podem usar a cartilha?

Como ferramenta prática: a linha do tempo permite trabalhar o tema em sala de aula, formações e rodas de conversa, sem perder rigor histórico. O material ajuda a transformar a data em reflexão: o que foi conquistado, o que ainda falta e por quê. Também serve de apoio para imprensa e instituições tratarem o assunto com contexto, e não apenas como efeméride.

Como a OAB tem atuado para promover avanços na participação feminina nos espaços de poder?

A OAB atua ao dar visibilidade institucional ao tema, produzir conteúdo qualificado e sustentar o debate público com base histórica e jurídica. A cartilha é parte desse esforço: reforça direitos, aponta obstáculos e chama atenção para a necessidade de condições reais de participação, inclusive proteção contra violência política. É uma agenda de democracia e cidadania, não de ocasião.

Que mensagem a senhora deixaria para jovens mulheres que desejam participar da política ou da vida pública?

Que o voto foi só começo! A participação não deve ser exceção, mas regra democrática. As mulheres devem entrar na política e na vida pública com preparo e rede de apoio, sem aceitar a lógica do silenciamento e da intimidação como algo “normal” da política. E que a presença feminina precisa ser plural, porque o país é plural: mulheres negras, jovens, idosas e de diferentes realidades têm direito de representar e de serem representadas. Lembrar o passado, agir no presente e não abrir mão do futuro democrático que ainda estamos construindo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CASO MASTER BRB/ Três pedidos de impeachment contra o governador do DF foram desconsiderados pela Câmara Legislativa, com base em parecer da Procuradoria-Geral da Casa. Outras três denúncias estão em análise

Ações contra Ibaneis arquivadas

» MILA FERREIRA

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) arquivou três pedidos de impeachment contra o governador Ibaneis Rocha (MDB) apresentados por partidos de oposição. Os despachos que determinam o arquivamento, assinados pelo presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), foram publicados ontem. Ainda há três pedidos de impeachment pendentes de análise. As justificativas dos pedidos e questionam a conduta do governador no âmbito do caso Master BRB. Os pedidos passaram por análise da Procuradoria-Geral da CLDF, que recomendou o arquivamento das denúncias. Ao **Correio**, Wellington Luiz disse que confia na análise dos procuradores que emitiram o parecer favorável ao arquivamento.

“Temos uma procuradoria extremamente preparada com procuradores de carreira, alguns foram juízes. Eu não interfiro no trabalho deles. Quando a procuradoria entende que os pedidos de impeachment não atendem aos requisitos básicos, só me resta acolher o parecer”, enfatizou o presidente da CLDF. “A gente precisa ser responsável e não nos deixar levar por comoção pública, política e partidária. Cada pedido teve o tempo necessário para ser analisado pela procuradoria”,

Ed Alves CB/DA Press



Ibaneis Rocha afirma que está tranquilo e que “motivação é política”

acrescentou Luiz.

Na última semana, outro pedido de impeachment, protocolado pelo jornalista Antônio Vitor Leitão, também foi arquivado. À ocasião, Ibaneis Rocha afirmou ao **Correio** que permanece despreocupado. “Como a motivação é só política, esse será o caminho de todos os pedidos”, disse. “Permaneço tranquilo com minha consciência e com a certeza de que só fiz, ao longo desses anos, o me-

lhor para Brasília”, completou o governador.

Os três pedidos arquivados ontem foram apresentados pelo diretório do PSol; pelo PSB e Cidadania e pelo PDT. Três pedidos ainda aguardam parecer da procuradoria: um pedido apócrifo, autodenominado como “População do DF”; um apresentado pelo advogado Ivan Pereira de Souza e outro apresentado pelos partidos PT, PV, PDT, PC do B e Rede.

Rinaldo Morelli/Agência CLDF



Despachos de arquivamento foram publicados ontem no Diário da CLDF

Contexto

A apresentação dos pedidos de impeachment de Ibaneis Rocha vieram após o ex-presidente do banco Master, Daniel Vórcaro, afirmar, em depoimento à Polícia Federal (PF), que conversou com o governador sobre a venda de ativos do Banco de Brasília (BRB) para o Master. Ibaneis nega ter participado de qualquer negociação e alega

que todas as tratativas foram feitas pelo ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa.

Os pedidos de impeachment e de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master têm mobilizado a oposição na CLDF. Os trabalhos se iniciaram na Casa com protestos dentro e fora do plenário pedindo a saída do governador e a CPI para investigar as circunstâncias da com-

pra de ativos do Master pelo BRB. A Câmara Legislativa havia aprovado em plenário a continuidade das negociações que resultaram no prejuízo ao BRB.

Representantes de partidos de oposição também entraram com uma representação no Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) pedindo que fossem investigadas as circunstâncias do envolvimento do governador na compra das carteiras de crédito do Master pelo BRB.

Mais de uma vez, o governador se pronunciou publicamente alegando que “está limpo” e que acredita que as investigações não irão para frente. “(As representações) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas”, disse Ibaneis ao **Correio**.

A pedido dos mesmos partidos da oposição, foi apresentada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma “notícia de fato”, que é como o judiciário classifica demandas, denúncias ou relatos recebidos sobre possíveis irregularidades, crimes ou violação de direitos. O pedido foi para apurar a participação do governador nas tratativas envolvendo o BRB e o Master. O pedido foi encaminhado à Procuradoria-geral da República para avaliação sobre possível abertura de investigação.